

Área pública do

Cidade

CORREIO BRAZILIENSE

Cruzeiro fica sem cerca

AMARAL SALES

A Administração Regional do Cruzeiro vai começar nos próximos dias a retirar todas as cercas, colocadas por moradores em frente às casas invadindo áreas públicas. "Já avisamos e notificamos todos os casos irregulares, mas a comunidade ainda não colaborou espontaneamente retirando os excessos. Sendo assim a Administração vai providenciar a derrubada das cercas", afirmou a administradora do Cruzeiro, Lígia Barcelos Hogen.

No final do mês passado, após alertar formalmente os moradores sobre a retirada das grades que estivessem invadindo calçadas, a Administração começou a notificar os moradores. O prazo dado para sua retirada (oito dias), já se esgotou, mas nenhum morador cumpriu a determinação. A primeira quadra a ser notificada foi a Quadra dois, próxima à 3ª DP, segundo a administradora do Cruzeiro, com praticamente todas as casas invadindo o passeio público.

Lígia Hogen explica que a invasão de calçadas não pode ser tolerada pois coloca em risco a

segurança dos próprios moradores, principalmente crianças, que não têm espaço para se defender de eventuais acidentes. Ela explica que deve haver um espaço mínimo de um metro e vinte centímetros a um metro e meio entre os meios-fios e as residências, facilitando a passagem de pedestres e a evasão, caso algum veículo cause risco de atropelamento a pedestres.

Outros abusos que não serão permitidos, segundo a administradora, são a construção de muros de alvenarias em áreas públicas ou a cobertura de cercas excedendo o limite permitido. O diretor da Divisão de Fiscalização da Administração do Cruzeiro, José Carlos de Godoy, alerta que "se a situação chegar a ponto de a Administração ter que executar a retirada das invasões, será cobrado do morador o custo da operação, recolhido todo o material, ao depósito público e ainda cobrada uma taxa de permanência no depósito, além de multa para retirada do que for apreendido".

Lígia Hogen esclarece que outra dificuldade enfrentada por sua Administração é a falta de

pessoal para fiscalizar a ocorrência de invasões de áreas públicas. Segundo ela, existem apenas quatro pessoas para fiscalizar todo o Cruzeiro, quando deveriam atuar somente no Cruzeiro Velho, pelo menos 10 fiscais. "O ideal é que cada cidadão fosse o seu próprio fiscal, para o bem de toda a comunidade", disse a administradora.

A Administração do Cruzeiro está estudando uma proposta "consistente e viável", a ser encaminhada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, adaptando a portaria conjunta nº 2 de 1988 da antiga Secretaria de Viação e Obras (SVO) com a Secretaria de Segurança Pública (SEP), que permite temporariamente a permanência das grades em frente e nos fundos das casas, com a cobrança de taxa de ocupação de área pública, desde que não ocorra invasão de calçadas, coberturas e construções em alvenaria. Quanto ao problema da liberação do segundo pavimento para as residências do Cruzeiro, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA) adiou sua decisão para o próximo dia 16 de novembro.